

RACISMO AMBIENTAL DURANTE A URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1902-1906): ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

ENVIRONMENTAL RACISM IN THE URBANIZATION OF RIO DE JANEIRO (1902-1906): ANALYSIS OF HISTORY TEXTBOOKS

Zilene Moreira Pereira¹

Vinícius de Albuquerque Damasceno²

RESUMO: O racismo ambiental é uma temática pouco discutida no âmbito da educação, principalmente no ensino de história para a educação básica. Relatos históricos indicam vários casos de racismo ambiental, principalmente no Brasil. Um desses casos é possível ser identificado no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República Brasileira nos anos de 1902 a 1906, cujas consequências se refletem até os dias atuais. Considerando a importância dos livros didáticos no acesso ao conhecimento, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar uma coleção de livros didáticos de história do Ensino Médio, utilizada em um colégio estadual do município de Seropédica/RJ, quanto à temática racismo ambiental no processo de urbanização do Rio de Janeiro durante a Primeira República Brasileira. A pesquisa possui um método que combina pesquisa documental e análise de conteúdo. As obras didáticas foram submetidas a uma análise abrangente, envolvendo a avaliação de textos, ilustrações, exercícios, textos complementares, textboxes e seções que recomendam obras e filmes que se relacionam com o tema do racismo ambiental durante a reforma urbana no período da Primeira República Brasileira. Conclui-se que a coleção de livro didático examinada apresenta menções diretas e indiretas aos casos de racismo ambiental ocorridos ao longo do processo de urbanização na cidade do Rio de Janeiro, porém a temática ainda é pouco explorada dentro dos livros.

Palavras-chave: racismo ambiental; ensino de história; Primeira República Brasileira.

ABSTRACT: Environmental racism is a topic that is rarely discussed in education, especially in the teaching of history in basic education. Historical accounts indicate several cases of environmental racism, especially in Brazil. One such case can be identified in the urbanization process of the city of Rio de Janeiro during the First Brazilian Republic from 1902 to 1906, the consequences of which are still felt today. Considering the importance of textbooks in accessing knowledge, the general objective of this research was to analyze a collection of high school history textbooks used in a state school in the city of Seropédica/RJ regarding the theme of environmental racism, in the urbanization process of Rio de Janeiro during the First Brazilian Republic. The research method combines documentary research and content analysis. The textbooks were subjected to a comprehensive analysis, involving the evaluation of texts, illustrations, exercises, supplementary texts, textboxes and sections that recommend works and films that relate to the theme of environmental racism during the urban reform in the period of the First Brazilian Republic. It is concluded that the collection of textbooks examined presents direct and indirect references to cases of environmental racism that occurred throughout the urbanization process in the city of Rio de Janeiro, however, the theme is still little explored within the books.

Keywords: environmental racism; teaching history; First Brazilian Republic.

1. Doutora em Ciências; Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto de Educação – UFRJ
E-mail: zilenemoreira@ufrj.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9827016932616129>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0166-9235>

2. Discente de História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
E-mail: vinialbu@ufrj.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2067908712960195>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2358-064X>

INTRODUÇÃO

Milton Santos (2001) ressalta que o sistema capitalista, baseado na exploração desenfreada dos recursos naturais, é uma das principais causas das crises ambientais. O racismo ambiental, segundo Santos, refere-se às desigualdades socioambientais que afetam de forma desproporcional grupos étnicos marginalizados, como moradores de periferias, quilombolas e povos tradicionais. Essa situação representa uma injustiça, na qual comunidades vulneráveis, frequentemente compostas por pessoas de baixa renda e minorias étnicas, sofrem danos ambientais como poluição e falta de saneamento básico, sem recursos para se defenderem.

No início da Primeira República Brasileira (1889-1930), sob a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), ocorreram duas reformas na cidade do Rio de Janeiro, uma liderada pelo governo federal e outra pela administração municipal. O governo federal, sob gestão de Rodrigues Alves, focou na reforma do Porto do Rio de Janeiro e em melhorias no transporte de mercadorias. Paralelamente, a administração municipal, liderada pelo prefeito Pereira Passos, concentrou-se em abrir e alargar ruas, além de priorizar o saneamento e embelezamento do centro da cidade (Azevedo, 2017). Essas mudanças foram favoráveis à elite, que buscava uma cidade mais ordenada e atrativa. Durante esse período, muitas áreas habitadas foram destruídas, resultando em deslocamentos populacionais para regiões periféricas e montanhosas, ou para os subúrbios da cidade (Carvalho, 2019, p. 38).

A campanha liderada por Oswaldo Cruz, sob as políticas de Pereira Passos, visava combater doenças endêmicas, como varíola, peste bubônica e febre amarela. Contudo, enfrentou forte resistência, especialmente de comunidades marginalizadas e mais pobres nas periferias, que viam a vacinação obrigatória como uma ação autoritária, evento conhecido como Revolta da Vacina. Muitos desses grupos foram empurrados para áreas insalubres e com deficiência na infraestrutura de saneamento básico, evidenciando uma forma de racismo ambiental. A omissão do Estado acentuou a condição de vulnerabilidade dessas populações, que viviam em ambientes precários de saneamento, o que as tornava mais suscetíveis às doenças endêmicas e, consequentemente, à imposição da vacinação (Sevcenko, 2018).

É crucial que o tema do racismo ambiental seja incluído no currículo da educação básica, dada sua significativa relevância para a sociedade e considerando que a educação desempenha um papel fundamental na formação das futuras gerações, influenciando suas perspectivas e valores (Jesus, 2019). No entanto, o racismo ambiental é sub-representado no meio escolar, especialmente nos livros didáticos de história, que muitas vezes reproduzem uma visão hegemônica que minimiza as experiências dos grupos marginalizados. Diante dessa lacuna, uma análise foi realizada em uma coleção de livros didáticos de História do

Ensino Médio para identificar possíveis distorções ou omissões, especialmente ao abordar a reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República Brasileira.

RACISMO AMBIENTAL

O meio ambiente é um campo de poder e opressão, e a questão do racismo ambiental destaca a interligação entre raça e ambiente. Comunidades historicamente marginalizadas, como moradores de periferias, quilombolas e povos tradicionais, enfrentam consequências graves de políticas ambientais discriminatórias. Bullard (2005) define o “racismo ambiental” como políticas ou práticas que prejudicam pessoas ou grupos por sua cor ou raça, deliberadamente ou não. Isso está ligado a políticas estatais e práticas industriais que beneficiam empresas, mas prejudicam certos grupos da população.

O conceito de racismo ambiental, crescente dentro do cenário acadêmico e pouco difundido na sociedade, teve sua origem na década de 1970 nos Estados Unidos, após o surgimento das ideias do Multiculturalismo, fenômeno que enfatizou a percepção da presença e reivindicação de grupos sociais historicamente invisibilizados. O racismo ambiental emergiu durante manifestações contra depósitos de resíduos tóxicos no Condado de Warren, na Carolina do Norte, uma área predominantemente habitada por indivíduos negros. Essa noção complexa evidencia a interseção entre questões raciais e ambientais, ressaltando a conexão entre desigualdades sociais e impactos ambientais desproporcionais sobre comunidades historicamente marginalizadas (Santos, 2022).

No Brasil, o conceito de racismo ambiental é parte do movimento liderado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que, em colaboração com ativistas e pesquisadores negros, contextualiza o racismo ambiental nacionalmente (Filho, 2021). Diosmar Filho (2021) argumenta que o racismo ambiental é uma expressão do racismo institucional e estatal, em que o Estado brasileiro favorece apenas os cidadãos brancos, evidenciando uma dimensão intrínseca de racismo nas instituições nacionais, negando a humanidade de certos grupos étnicos. Segundo Filho (2021), o racismo ambiental é concebido como uma extensão do próprio racismo institucional. Anteriormente excluído do diálogo ambiental, o racismo, conforme afirmado por Filho (2021), estava confinado à discussão de justiça ou injustiça ambiental. No entanto, ao tratar da injustiça ambiental, pressupõe-se a violação de direitos, mas essa definição se aplica somente aos que desfrutaram do privilégio de viver em um Estado que garante tais direitos, ou seja, às pessoas brancas.

Herculano (2006), apoiando-se em conceitos elaborados por Bullard, defende a temática da Justiça Ambiental como uma forma de combate ao racismo ambiental. A autora enfatiza o potencial político dessa abordagem, especialmente dentro dos movimentos ambientais brasileiros, ao oferecer uma perspectiva crítica que denuncia as injustiças sofridas em virtude de tais práticas.

De acordo com Herculano (2006): “O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”. Assim, é possível compreender que ações categorizadas como racismo ambiental não estão restritamente ligadas a motivações racialmente discriminatórias, mas sim, aos impactos causados a determinados grupos por tais ações. Rocha (2022) aborda o racismo ambiental presente em empreendimentos executados pelo Estado. A exemplo disso pode-se citar a instalação de usinas industriais no bairro de Santa Cruz, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que poluem o ar com gases tóxicos. Rocha (2022) comenta que:

(...) o fato de Santa Cruz ter sido escolhida para abrigar a usina (devido a vulnerabilidade social de sua população) é questionado por movimentos sociais e pesquisadores. Entende-se que os territórios periferizados, rurais, “distantes”, de baixo IDH, bem como territórios negros são comumente escolhidos por empreendedores e instâncias do governo para serem anfitriões dessa usina (Rocha, 2022, p. 130).

Assim, é possível perceber que o racismo ambiental no Brasil vai além de uma simples questão de desigualdade ecológica, refletindo a reprodução de um racismo estrutural e institucionalizado. Conforme argumenta Filho (2021), essa forma de racismo manifesta-se nas políticas estatais que favorecem predominantemente os cidadãos brancos, negando direitos básicos e expondo comunidades negras, indígenas e periféricas a riscos ambientais desproporcionais. A perspectiva de Herculano (2006) amplia essa compreensão ao destacar que o racismo ambiental não está apenas nas intenções explícitas, mas nos impactos reais das ações que, mesmo sem intenção discriminatória, afetam de maneira desproporcional grupos vulneráveis. Já Rocha (2022) evidencia como essas práticas se materializam em decisões estatais, nas quais a vulnerabilidade social e a marginalização histórica das populações negras e pobres facilitam a implementação de empreendimentos poluentes. Dessa forma, o racismo ambiental revela-se como uma ferramenta de perpetuação das desigualdades ao destinar os maiores ônus do desenvolvimento às populações mais fragilizadas.

A REFORMA URBANA E O RACISMO AMBIENTAL

A proclamação da República Brasileira declarou o fim ao governo monárquico. No entanto, em meio a essa conjuntura de transformação política, persistia a problemática relativa às habitações coletivas, destacando-se ainda a significativa ênfase conferida pelo Estado à preservação da higiene urbana na cidade do Rio de Janeiro. O governo de Campos Sales (1898 - 1902) foi um governo impopular na cidade do Rio de Janeiro (Viscardi, 2016), e a entrada de Rodrigues Alves no cargo presidencial em 15 de novembro de 1902 foi acolhida com desprezo pela população,

uma vez que ele simbolizava a continuidade da gestão anterior. O programa governamental de Alves se restringia a duas prioridades principais: o saneamento e aprimoramento do Porto do Rio de Janeiro (Sevcenko, 2018).

A concepção e a implementação da reforma urbana no Rio de Janeiro foram desdobradas em duas esferas de ação, delineadas como reforma de caráter federal e municipal. Cada uma dessas esferas desempenharia um papel definido e crucial na empreitada de reformulação urbana em curso na cidade. O Governo Federal comprometeu-se com a expansão e modernização do porto da cidade, visando melhorar suas capacidades logísticas e impulsionar a economia local e nacional. Além disso, como parte de seus planos, abriria três novas avenidas na cidade para melhorar a mobilidade de mercadorias entre o porto e a área urbana (Azevedo, 2017).

Dentro da visão reformista de Rodrigues Alves, a melhoria do porto era central. Essa iniciativa não só influenciava outras ações de transformação urbana, mas também definia sua direção, ligada ao sucesso da revitalização portuária. Assim, o projeto do porto não era apenas uma obra física, mas também orientava outras mudanças, colaborando para alcançar os objetivos da perspectiva reformista de Alves (Azevedo, 2017).

Integrada ao conjunto de iniciativas realizadas pelo Governo Federal estava a proposta de reforma de natureza municipal, cujo objetivo era promover a abertura, extensão e ampliação das vias urbanas, acarretando uma modificação substancial no sistema viário da cidade. A reforma municipal atendia a um dos principais objetivos da reforma urbana, ou seja, o saneamento da cidade do Rio de Janeiro (Azevedo, 2017). Segundo Sevcenko (2018), a parcela correspondente a essa transformação era supervisionada pelo prefeito Pereira Passos, que foi nomeado para essa função pelo presidente. Ciente da necessidade de realizar um grande número de demolições para viabilizar o progresso das obras e antecipando possíveis oposições e reações da população, Passos solicitou total autonomia na condução de suas ações ao aceitar o cargo de governador, evitando assim quaisquer obstáculos legais, orçamentários ou logísticos. Alves, por meio da lei de 29 de dezembro de 1902, criou um novo estatuto de organização municipal no então Distrito Federal (Sevcenko, 2018), nas palavras de Sevcenko: “A lei era equivocada, arbitrária e visivelmente anticonstitucional, atribuindo poderes tirânicos ao prefeito e retirando qualquer direito de defesa à comunidade” (2018, p. 65). Esse momento ficou popularmente denominado como a “ditadura Passos”. Nesse evento, várias estruturas foram deliberadamente demolidas com o propósito de viabilizar a expansão das diversas vias urbanas. Sevcenko (2018, p. 78) comenta que:

As vítimas são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie. A ação do governo não se fez

somente contra seus alojamentos: suas roupas, seus pertences, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura. Tudo, enfim, é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultura imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção que bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador e discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio e as fronteiras da exclusão e da opressão (Sevcenko, 2018, p. 78).

A natureza discriminatória dessa reestruturação é clara ao observarmos os grupos afetados pela reforma urbana, cujas comunidades, deslocadas pelas demolições, foram empurradas para zonas periféricas e menos valorizadas da cidade, como manguezais e morros (Sevcenko, 2018). Isso evidencia o racismo ambiental pela negligência do Estado em prestar auxílio moradia a essas vítimas, como apontado por Sevcenko (2018), já que as casas construídas nessas áreas eram feitas com materiais tóxicos, como caixas de bacalhau e latas de querosene, sem saneamento básico. Essas condições insalubres resultaram em epidemias e doenças antes ausentes do centro da cidade do Rio de Janeiro. Pode-se observar que a iniciativa do Estado foi remover e realocar a população marginalizada, ao invés de investir na melhoria da qualidade de vida.

A proclamação da República em 1889 marcou um momento significativo na história do Brasil, mas problemas como habitações coletivas e falta de saneamento persistiram, especialmente no Rio de Janeiro, capital do país na época. As políticas de melhorias implementadas pelo governo Rodrigues Alves eram voltadas apenas para a elite branca. A gestão de Rodrigues Alves (1902) priorizou o saneamento e a modernização do porto. A reforma liderada por Pereira Passos resultou em demolições e realocações, refletindo uma perspectiva discriminatória ao empurrar comunidades desalojadas para áreas periféricas insalubres e sem saneamento adequado (Sevcenko, 2018). Consideram-se tais exemplos como casos de racismo ambiental, pois marginalizaram grupos sociais, em sua maioria pessoas negras e pobres, em locais propensos a doenças. A análise dessas reformas revela desigualdades sociais, abordagens higienistas e ações autoritárias nas decisões governamentais. A expulsão para áreas insalubres e carentes de infraestrutura perpetua a segregação e a desigualdade social, impactando essas comunidades até hoje.

Dessa forma, à luz do conceito de Herculano (2006), o racismo ambiental manifestou-se não apenas por meio de intenções explicitamente discriminatórias, mas também pelos impactos desiguais das reformas urbanas, independentemente das justificativas oficiais. As ações implementadas durante a gestão de Rodrigues Alves e Pereira Passos, embora apresentadas como iniciativas de modernização e progresso, resultaram

na discriminação dessas populações, predominantemente negras e pobres, ao deslocá-las para áreas periféricas desprovidas de condições mínimas de habitabilidade. Assim, ainda que as reformas não tivessem, em sua origem, uma intenção declaradamente racista, seus efeitos contribuíram para a perpetuação de desigualdades estruturais, revelando como o racismo ambiental opera por meio de ações que geram impacto racial, reforçando hierarquias sociais preexistentes sob o pretexto de avanços urbanos. Também evidenciando a afirmação de Filho (2021), segundo a qual o racismo ambiental é uma expressão do racismo institucional e estatal, visto que toda a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro foi elaborada e administrada pela esfera do Estado, seja ela federal ou municipal.

METODOLOGIA

A coleção de livros didáticos analisada nesta pesquisa, intitulada “Identidade em Ação” e publicada pela editora Moderna, destina-se ao ensino médio e abrange cinco obras voltadas para as ciências humanas e sociais aplicadas. Os títulos incluem “Transformações da Natureza e Impactos Socioambientais”, “Diálogos entre Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática”, “Política e Território”, “Indivíduo, Sociedade e Cultura” e “Dinâmicas e Fluxos”. A coleção foi obtida para análise na Escola Barão de Tefé, no município de Seropédica - RJ, cujos livros foram gentilmente disponibilizados em formato físico, permitindo uma análise detalhada do material didático. Ressalta-se que essa escola possui parceria com a universidade à qual os autores da presente pesquisa estão ligados, recebendo estudantes acadêmicos e realizando trocas com a universidade.

Para a análise dos livros em questão, empregou-se como técnica a pesquisa documental e, para a análise de dados, a análise de conteúdo (Bardin, 1977). A pesquisa documental, conforme definida por Fonseca (2002), abrange a utilização de diversas fontes, seguindo uma abordagem similar à pesquisa bibliográfica. Gil (2008, p. 45) acrescenta que “a pesquisa documental se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

A análise de conteúdo é uma metodologia usada para examinar comunicações e descrever o objeto de estudo. Esse método usa abordagens sistemáticas para descrever o conteúdo das mensagens, contextualizando temas e autores em um contexto crítico. Pode envolver análises quantitativas ou qualitativas, dependendo do tema (Bardin, 1977). A análise se concentrou na identificação do racismo ambiental nos livros didáticos, especialmente em relação à reforma urbana no Rio de Janeiro. Buscaram-se menções diretas e indiretas ao tema, procurando evidências explícitas ou abordagens relacionadas ao racismo ambiental nesse contexto histórico.

A análise dos livros didáticos abrangeu a leitura de textos, ilustrações, exercícios, textos complementares e seções que recomendam obras e filmes relacionados ao tema do racismo ambiental durante a reforma urbana ocorrida no período da Primeira República Brasileira. Já a análise de imagética seguiu-se inicialmente pela busca de imagens em cada livro. Essas imagens foram categorizadas como pertencentes a duas classificações distintas: “Racismo Ambiental” (imagens que remetem a injustiças ambientais, insalubridade, precarização de moradias etc.) ou “Reforma Urbana no Rio de Janeiro” (focando em imagens que faziam alusão a tal acontecimento histórico). Em seguida, cada imagem foi avaliada quanto à sua inclusão em uma dessas categorias, sendo registrado o motivo da classificação da imagem como tal. Além disso, foi observado se esse motivo era explicitamente evidenciado ou não e se a imagem conseguia fazer alusão às duas classificações, explicitamente ou não.

A análise textual compreendeu a leitura na íntegra dos conteúdos textuais registrados em todos os volumes pertencentes às coleções. Focou-se exclusivamente nos trechos que abordam o tópico da Reforma Urbana do Rio de Janeiro durante o período da Primeira República Brasileira, bem como aqueles que de alguma maneira faziam menção a esse tópico em seus contextos. Dessa forma, o estudo envolveu além da análise imagética, a identificação de passagens textuais, referências diretas ou indiretas, e terminologias associadas ao conceito de racismo ambiental.

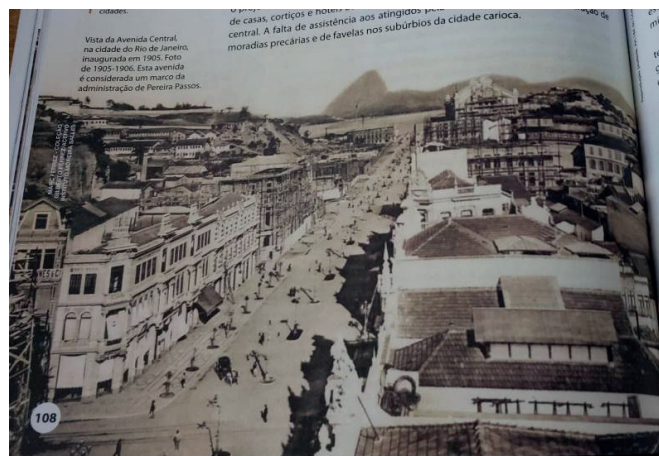
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise imagética

Foi conduzida uma análise das ilustrações contidas nos livros didáticos para identificar narrativas sobre racismo ambiental na reforma urbana do Rio de Janeiro durante a Primeira República. O objetivo foi investigar se as imagens mostram como as mudanças urbanas podem ter exacerbado as desigualdades sociais e étnicas no ambiente da época.

Das cinco obras analisadas, foram identificadas seis representações imagéticas relacionadas ao racismo ambiental, tanto de forma explícita quanto implícita. No entanto, é importante notar que essas imagens não estão ligadas ao contexto histórico da reforma urbana no Rio de Janeiro. A única menção direta à reforma urbana foi encontrada na obra “Indivíduo, Sociedade e Cultura”, na qual há uma seção intitulada “Modernidade excludente: a reforma urbana do Rio de Janeiro”, acompanhada apenas por uma ilustração da Avenida Central.

Figura 1 – Imagem da Av. Central presente no livro didático



Fonte: Identidade em ação ciências humanas e sociais aplicadas: Indivíduos, sociedade e cultura. São Paulo: Moderna, 2021, p. 108. Marc Ferrez – Coleção Gilberto Ferrez/acervo Instituto Moreira Salles.

Na descrição que acompanha a imagem, está escrito: “Vista da Avenida Central, na cidade do Rio de Janeiro, inaugurada em 1905. Foto de 1905-1906. Esta avenida é considerada um marco da administração de Pereira Passos”. Na imagem, a Avenida Central está centralizada e completa, dominando a composição visual. Os edifícios concluídos e em construção são componentes proeminentes. No entanto, não há indicativos visuais relacionados ao racismo ambiental.

Análise textual

A análise textual teve por objetivo discernir narrativas pertinentes ao fenômeno do racismo ambiental, as quais permeiam a reforma urbana no contexto da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro. Dessa maneira, ao examinar os materiais escritos dos livros didáticos, foi investigada a possibilidade de reconhecer como a reforma urbana pode ter intensificado as discrepâncias sociais e étnicas no cenário ambiental desse período. Além disso, foi analisado se a questão do racismo ambiental está presente nos textos sobre a reforma urbana ou que comentam sobre o acontecimento, seja de maneira implícita ou diretamente abordada.

Das cinco obras analisadas, há uma considerável ênfase no tópico ambiental, evidenciado por capítulos dedicados a essa temática. Porém, os temas relacionados aos tópicos ambientais não se relacionam à Reforma Urbana na cidade do Rio de Janeiro em nenhum dos livros didáticos. O tema da reforma urbana aparece somente na obra “Indivíduo, Sociedade e Cultura”, em dois momentos distintos.

No primeiro momento aparece no subcapítulo intitulado “Modernidade excludente: a reforma urbana do Rio de Janeiro”. Nesse segmento específico, encontra-se um único texto compos-

to por quatro parágrafos, acompanhado de um quadro de texto complementar que aborda a reforma urbana em Paris, visando proporcionar um contexto elucidativo para a reforma urbana na cidade carioca. A primeira observação a ser feita é que o tema do racismo ambiental não se encontra proeminentemente destacado no texto em si. No entanto, numa análise mais atenta é possível encontrar indícios sugestivos da presença dessa temática em duas passagens do texto. A primeira passagem está presente no final do terceiro parágrafo, que aborda a atividade da equipe liderada por Pereira Passos durante a Reforma: “A equipe de Passos devia, ainda, cuidar dos edifícios públicos, implementar sistemas de transporte coletivo, redes de esgoto e de abastecimento de água, e demolir todas as chamadas habitações insalubres que faziam parte do cotidiano carioca” (Moderna, 2021, p. 108). A segunda passagem encontra-se no quarto e último parágrafo, em que ocorre uma explicação mais aprofundada sobre as demolições realizadas e algumas das consequências por ela gerada:

No período entre os anos de 1902 e 1906, a comissão responsável pelas obras recebeu poderes ilimitados e estabeleceu um plano com três grandes metas: a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Entre as camadas populares, o projeto ficou conhecido como a ditadura do “bota-abaixo”, em razão da demolição de casas, cortiços e hotéis baratos e da expulsão da população mais pobre da região central. A falta de assistência aos atingidos pela reforma resultou na proliferação de moradias precárias e de favelas nos subúrbios da cidade carioca (Moderna, 2021, p. 108).

Nessas passagens, notam-se abordagens acerca das demolições ocorridas pela reforma urbana, enfatizando a tarefa de “(...) demolir todas as chamadas habitações insalubres (...)” (Moderna, 2021, p. 108). Posteriormente, no parágrafo subsequente, é feita menção à maneira como essa prática passou a ser conhecida pelas camadas populares como “bota-abaixo”, sendo também fornecida uma descrição de alguns dos edifícios que sofreram demolição: “(...) casas, cortiços e hotéis baratos (...)” (Moderna, 2021, p. 108). Entretanto, o texto não oferece uma clara identificação acerca dos residentes das mencionadas habitações insalubres, os quais predominantemente pertenciam a grupos de origem negra, operários e estratos sociais que viviam à margem da sociedade, conforme demonstrado por Chalhoub (2017).

De igual forma, não são precisamente especificadas quais habitações são taxadas como insalubres, sendo que, em sua maioria, eram os cortiços (Chalhoub, 2017). Apesar de não enfatizarem onde residiam, o texto aborda o processo de expulsão das populações mais carentes da área central como um desdobramento das demolições (“bota-abaixo”) sem, contudo, especificar de maneira explícita os grupos em questão que faziam parte dessas populações. Ressaltam a omissão de assistência, que culminou na proliferação de habitações precárias e favelas,

conforme também atestado por Sevckenko (2018). No entanto, o livro didático não descreve as condições dos lugares para onde essa população foi deslocada, que compreendem morros e mangues, onde as novas casas eram erguidas com materiais insalubres e tóxicos, além da falta de acesso a condições de higiene e saneamento, o que fez com que as doenças do centro se transferissem para esses locais (Sevckenko, 2018).

Dessa maneira, a presença do racismo ambiental pode ser identificada de maneira subjetiva nas passagens em questão. Isso se evidencia tanto pela demolição das habitações insalubres quanto pela expulsão da população residente do centro do Rio de Janeiro, o que, por sua vez, levou ao surgimento e disseminação de condições habitacionais precárias e favelas. No entanto, a ausência de informações no livro didático sobre os indivíduos exatos que habitavam essas moradias, bem como a falta de detalhes sobre as condições das localidades e das residências para onde essas comunidades foram deslocadas, pode também ser analisada como uma maneira de minimizar ou obscurecer as implicações do racismo ambiental presentes nas iniciativas da reforma urbana. Isso também pode refletir uma tentativa de evitar suscitar um olhar crítico sobre o assunto e suas implicações.

O segundo momento aparece na seção seguinte, intitulada: “Formas de resistência no campo e na cidade”. Esse subcapítulo explora algumas manifestações, revoltas e movimentos. No entanto, a reforma urbana do Rio de Janeiro é mencionada apenas em relação à Revolta da Vacina. Essa parte é constituída por cinco parágrafos, acompanhados por um quadro de texto intitulado “Dica de site” e outro intitulado “Refleta”. De maneira semelhante à etapa anterior, uma primeira observação a ser feita é que o tópico do racismo ambiental não é primordialmente evidenciado no texto, porém é apresentado de forma implícita.

O primeiro parágrafo começa mencionando a reforma urbana no Rio de Janeiro e as políticas do sanitarista Oswaldo Cruz durante esse processo da reforma: “Como vimos, a reforma urbana do Rio de Janeiro mexeu com a vida da população carioca, sobretudo da parcela mais desfavorecida. As políticas de saneamento conduzidas pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz eram impopulares e implementadas de forma violenta pelo Estado” (Moderna, 2021, p. 113).

No segundo parágrafo, comenta-se sobre a forma de atuação dos agentes públicos, em um trecho que afirma: “A truculência dos agentes públicos de saúde, com a invasão de domicílios e a aplicação forçada da vacina, (...)” (Moderna, 2021, p. 113).

No terceiro parágrafo, narra-se a revolta e os seus motivos, ele inicia com a seguinte frase: “A revolta teve início no dia 10 de novembro e se estendeu por pelo menos seis dias. De forma geral, o clima de enfrentamento era resultado da falta de informação, mas também do alto grau de autoritarismo que a medida representava” (Moderna, 2021, p. 113).

Nas passagens em análise, são retratadas as intervenções estatais direcionadas à população, enfocando especialmente grupos socialmente desfavorecidos. Como elucidado anteriormente, esses grupos foram empurrados a ocupar áreas insalubres, onde se verificou a propagação de enfermidades e epidemias previamente expulsas do centro do Rio de Janeiro (Sevcenko, 2010). É muito provável que essa parcela da população tenha ficado mais suscetível a tais doenças. Entretanto, isso acaba não sendo descrito no livro didático. Além disso, as passagens mencionam ações agressivas por parte dos agentes públicos de saúde, a falta de informação e o autoritarismo. O livro didático não ressalta que essas ações eram mais frequentemente direcionadas aos estratos sociais mais carentes, que tinham um conhecimento limitado sobre a vacina e já enfrentavam pressões do Estado (Carvalho, 2019).

O racismo ambiental pode ser interpretado de forma subjetiva nesse trecho na descrição do padrão de intervenções do Estado e suas consequências sobre grupos socialmente desfavorecidos. O livro didático não deixa explícita a alusão à expulsão desses grupos para áreas insalubres, previamente removidos de regiões mais centrais da cidade, sugerindo uma possível discriminação ao empurrá-los para ambientes prejudiciais à saúde. A menção de ações agressivas e a falta de informação por parte dos agentes públicos de saúde também sugerem uma desigualdade na maneira como essas ações foram conduzidas, com os grupos mencionados sendo os principais alvos dessas iniciativas (Carvalho, 2019). Essa discrepância decorre da situação precária e insalubre dos locais em que esses grupos populacionais residiam, tornando-os mais suscetíveis aos efeitos de doenças. Entretanto, a ausência de dados no livro didático acerca da localização das áreas habitadas pelas populações compromete diretamente a compreensão do racismo ambiental. Essa lacuna acaba por ter implicações significativas, uma vez que pode comprometer o desenvolvimento do pensamento crítico por parte dos alunos em relação aos grupos minoritários que são efetivamente impactados pelas políticas de reforma urbana. A omissão desses aspectos na educação básica acaba por resultar em uma limitação da capacidade dos estudantes de analisarem, de forma aprofundada e criteriosa, as consequências das reformas urbanas nas comunidades afetadas, prejudicando, assim, a compreensão dos impactos sociais e políticos que essa reforma trouxe para esses grupos.

CONCLUSÃO

A análise de imagens e textos de uma coleção de livros didáticos, que se concentrou no racismo ambiental no contexto da reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República, fornece informações sobre como a temática é tratada de uma forma indireta em seus conteúdos. A primeira imagem mencionada presente no livro, embora não diretamente relacionada à reforma urbana, oferece uma visão das mudanças urbanas, mas

não aborda explicitamente as consequências sociais e étnicas dessas transformações de forma visual, nem as relaciona ao racismo ambiental. Por outro lado, a análise textual revela que a reforma urbana do Rio de Janeiro é abordada de forma mais detalhada em um dos subcapítulos, mas o racismo ambiental não é explicitamente destacado nele. As passagens analisadas sugerem, indiretamente, a presença desse fenômeno, especialmente nas ações do Estado em relação à população desfavorecida, que foi empurrada para áreas insalubres e longe do centro urbano da cidade. É importante destacar que a ausência e omissão de detalhes específicos sobre os grupos afetados durante o processo de reforma urbana e a falta de ênfase nas condições das áreas para onde foram deslocados comprometem a compreensão mais aprofundada do racismo ambiental presente nesse contexto, nos textos do livro didático analisado.

Em suma, a análise dos conteúdos do livro didático revela que os conceitos relacionados ao racismo ambiental, contextualizados na reforma urbana do Rio de Janeiro durante a Primeira República, estão presentes de forma indireta, sugerindo a interseção entre questões sociais e étnicas nesse período histórico. Todavia, é necessário aprimorar a maneira como esse tópico é tratado no livro didático. Essa melhoria poderia incluir um foco maior nas condições das áreas para onde a população desfavorecida foi forçadamente deslocada, bem como detalhes sobre os grupos étnicos predominantemente afetados pela reforma urbana. Assim, a coleção abordaria de forma mais completa e aprofundada as implicações sociais e étnicas desse fenômeno histórico, contribuindo significativamente para uma educação básica mais esclarecedora sobre as interações entre questões ambientais e raciais presentes na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André N. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as Ideias de Civilização e Progresso. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco** 21, ano XV, nº 98, jan. 2005. Disponível em: https://ambientes.ambiente-brasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html. Acesso em 25 jul. 2022. Acessado em: 11 ago. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FILHO, Diosmar. Entrevista com Diosmar Filho: O que é racismo ambiental? [Entrevista cedida a] Daniel Vila Nova, **Gama Revista**, São Paulo. nov. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/especial/o-que-e-racismo-ambiental/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FONSECA, João José S. da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Unidade 1, p.27-39. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfaceHS**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1 – 20, 2006.

JESUS, Fernando Santos de. **O “negro” no livro didático de história do ensino médio e a Lei 10.639/03**. Maceió: UEL, 2021.

MODERNA. **Identidade em ação ciências humanas e sociais aplicadas**: Indivíduos, sociedade e cultura. São Paulo: Moderna, 2021.

ROCHA, Flávio. A perspectiva racial do racismo ambiental: uma análise do conceito no Brasil e a população sacrificada na zona oeste do Rio de Janeiro. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 14, n. Ed. Especial, p. 121-140, 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** (do pensamento único à consciência universal). 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo. Editora UNESP, 2018.

VISCARDI, Cláudia Maria R. O Federalismo como Experiência: Campos Sales e as Tentativas de Estabilização da República. **SciELO**, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/K6bpZDp5TLbm3KHqwX97NTj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 ago. 2023.